



Comissão de Economia, Obras Públicas,  
Planeamento e Habitação

Registo E\_COM6XV/2023/179  
Data 02/11/2023

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Economia,  
Obras Públicas, Planeamento e  
Habitação e Habitação

Dr. Afonso Oliveira

**Assunto – Audição do Sr. Ministro da Economia e do Mar**

A 2 de julho de 2020, num briefing de Conselho de Ministros, o então sr. ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, anunciava a nacionalização da maioria do capital da Efacec (71,73%) que estava nas mãos de Isabel dos Santos, e afirmava que “é uma empresa centenária, com uma reputação de excelência na engenharia portuguesa”, destacando, “É uma empresa que tem um volume de negócios significativo, que teve resultados positivos no ano passado. É uma empresa com viabilidade no mercado”.

Nesse mesmo mês, o Governo lançou o processo de reprivatização da empresa, para a venda da participação dos 71,73% que o Estado assumiu, alegadamente, na sequência de um problema na estrutura acionista relacionada com o envolvimento de Isabel do Santos no Luanda Leaks.

Entretanto, o negócio de reprivatização, previsto inicialmente para o final de 2021 não se concretizou, devido ao falhanço das negociações com o único candidato à aquisição.

Em outubro de 2022, num novo processo de reprivatização, após meses de negociações, os ministérios das Finanças e da Economia revelam que a reprivatização “não foi concluída com a alienação da referida participação social, dado não se terem verificado todas as condições necessárias à concretização do Acordo de Venda”.

No debate do Orçamento do Estado para 2023, o ministro da Economia e do Mar, António Costa Silva, disse que o Governo estava a trabalhar numa solução para a Efacec e indicou que anunciará “brevemente” uma posição pública, vincando ser “fundamental” encontrar uma “solução para a empresa”, sublinhando: “estamos a aproximar-nos de uma fase de decisões”.

Entretanto, passaram mais de três anos sobre o anúncio da nacionalização e verifica-se que todo o processo foi um desastre.

No passado dia 31 de outubro de 2023, o ministro da Economia e do Mar anunciou novidades no processo de venda da EFACEC, afirmando “hoje é um dia feliz para a economia portuguesa”.

Porém, após injeção, de aproximadamente 400 milhões de euros (injeções diretas, suprimentos e obrigações) do dinheiro dos contribuintes, pelo Governo, na EFACEC, uma empresa que vai passar para um grupo privado que a comprou por 15 milhões de euros, para o GP do PSD, não será, seguramente, um dia feliz para os contribuintes portugueses.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata todo o processo relacionado com a reprivatização da Efacec pelo Governo está envolto em falta de transparência, em opacidade, em despesismo, pelo que é fundamental esclarecer as dúvidas que subsistem.

Mais, importa ainda esclarecer porque é que em 2020 o Governo nacionalizou a Efacec, porque é que disse que a nacionalização resultava dos problemas da acionista, explicar todos os detalhes do processo da reprivatização e finalmente, porque é que foram gastos 400 milhões de euros dos contribuintes numa empresa que vai ser entregue a uma empresa privada, que a comprou por 15 milhões de euros.

Assim, no âmbito das competências da Assembleia da República, vêm os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, abaixo assinados, nos termos legais e regimentais aplicáveis, solicitar a Vossa Ex.<sup>a</sup> o agendamento de audições a realizar na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, com carácter de urgência, do Sr. Ministro da Economia e do Mar.



Palácio de São Bento, 2 de novembro de 2023

Os Deputados do PSD

Paulo Rios de Oliveira

Márcia Passos

Jorge Salgueiro Mendes

Afonso Oliveira

António Prôa

António Topa Gomes

Carlos Eduardo Reis

Patrícia Dantas

Alexandre Poço

Hugo Carneiro

Hugo Martins Carvalho

Jorge Paulo Oliveira

João Barbosa de Melo

Nuno Carvalho

Paulo Moniz

Rui Cristina